

A cultura de paz na “Escola de Pais e Filhos” *

Peace culture in the “Escola de Pais e Filhos”

Rosângela Azevedo Corrêa **

Resumo

A Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) desenvolve o projeto sócio-educativo “Escola de Pais e Filhos”, de caráter interinstitucional e interdepartamental, que acontece “fora da escola formal”, num espaço oportuno e, de certa forma, propício a que se pensem estratégias pedagógicas de educação, muito mais do que de simples ensino. As questões da infância, da adolescência, da família, da sociedade são enfocadas sob o prisma dos “direitos fundamentais” e, dessa forma, as medidas sócio-educativas e protetivas assumem um caráter de “re-significação” do ato infracional, praticado por jovens e adolescentes, buscando ir além do papel fiscalizador, punitivo e reparador. Ao contrário, busca-se conduzir os jovens e seus familiares a uma reflexão sobre os motivos, as condições e o contexto social nos quais aconteceu o rompimento com a família e/ou a exclusão da mesma, e o confronto com a lei, de sorte que todos possam vir a entender o real significado de seus atos, identificar suas responsabilidades nos episódios, vindo a reparar o mal causado a si próprios e à sociedade, reconstruindo um projeto de vida a partir da cultura da paz. A “Escola de Pais e Filhos” conta com a participação de docentes e técnicos-administrativos da UnB, profissionais voluntários da comunidade externa, estudantes-bolsistas dos cursos de Serviço-Social, Pedagogia e Psicologia e está aberta à realização de estágios curriculares e à pesquisa.

Palavras-chave: Educação para a paz. Resolução de conflitos. Cultura de paz. Juventude. Educação vivencial. Escola de pais e filhos.

Abstract

The Faculty of Education of the University of Brasília develops the socio-educational project “Escola de Pais e Filhos” (School of Parents and Children), of an inter-institutional and interdepartmental nature, outside the “formal school”, in a favorable and propitious space that offers the opportunity to consider pedagogic strategies, beyond the perspective of ordinary teaching. The issues about childhood, adolescence, the family and society are focused on a concept of “fundamental rights” and, in this way, the socio-educational and protective measures take on a character of “resignification” of the infractional act, practiced by youngsters and teenagers, trying

* Parte deste trabalho foi apresentada no Congresso Iberoamericano sobre Violências nas Escolas, organizado pela Universidade Católica de Brasília, em 28 de abril de 2004.

** Doutora em Antropologia Social. Professora de “Sociologia” e “Ética” no Uniceub, DF. Professora-Colaboradora no Projeto “Escola de Pais e Filhos” na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília desde 1998 até 2004. *E-mail:* rosacorrea@unb.br

to go beyond the supervising, punitive, and reparatory roles. On the contrary, the purpose is to lead the youngsters and their families to carry out a reflection about the motives, conditions and social context under which the disruption and/or the exclusion from the family occurred and the confrontation with the law was practised, in a manner to allow all the parts involved to understand the real meaning of their acts. This also allows the identification of responsibilities, with the intention to correct the damage caused either to themselves and to society, allowing the reconstruction of a new life project following the peace culture. The “Escola de Pais e Filhos” involves the participation and contribution of teaching and administration staff of the University of Brasilia, of professional volunteers outside the university, and students attending social service, pedagogy and psychology courses at the university. The project is also open to research and to internships.

Keywords: Education for peace. Conflict resolution. Peace culture. Youth. Viential education. School of Parents and Children.

Résumé

La culture de la paix dans l’ “École de Parents et Enfants”

La Faculté de l’Éducation de l’Université de Brasilia réalise le projet socio-éducatif “Escola de Pais e Filhos” (École de Parents et Enfants) d’un caractère interinstitutionnel et interdépartemental en dehors de l’école formelle, dans un espace favorable et propice qui donne la chance de considérer des stratégies éducatives et pédagogiques au lieu du simple enseignement. Les questions de l’enfance, l’adolescence, la famille, la société sont vues sous le prisme des “droits fondamentaux” et de cette forme, les mesures socio-éducatives et protectives assument un caractère de “resignification” de l’acte infractionnel pratiqué par les jeunes et adolescents, cherchant aller au delà du rôle fiscalisateur, punitif et réparateur. Au contraire, l’on cherche conduire les jeunes et leurs parents à une réflexion sur les motifs, les conditions et le contexte social dans lesquels s’est passé la rupture avec la famille et/ou l’exclusion de celle-ci et le confront avec la loi de manière que tous puissent comprendre la réelle signification de ses actes, identifier les responsabilités dans les épisodes, venant à réparer le mal causé à soi-même et à la société, reconstruisant un projet de vie à partir de la culture de la paix. L’ “Escola de Pais e Filhos” compte sur la participation de professeurs et fonctionnaires de l’université, de professionnels volontaires de la communauté externe, d’étudiants des cours de service social, pédagogie et psychologie et est ouverte à la réalisation de stages et recherches.

Mots clefs : Éducation pour la paix. Résolution de conflits. Culture de paix. Jeunesse. Éducation viventielle. École de Parents et Enfants.

Considerações preliminares

A chamada “crise de adolescência” é muito variável. Existem diversas formas de experimentar a adolescência; é possível atravessá-la sem qualquer conflito. Por outro lado não podemos pensar que os conflitos são negativos para o desenvolvimento

do ser humano, pois é através destes que seremos capazes de transformar esta sociedade em que vivemos. Na medida em que não há divergência, que a conformidade é cômoda para todos, onde o diferente é perigoso, doente, indecente ou indesejado, os conflitos não são avaliados pelo seu potencial de crescimento, mas temidos como distúrbios. Se consideramos a adolescência como um período de reexame, de reorientação e autodefinição, é necessário quebrar os elos de dependência e obediência absoluta às profundas contradições e absurdos da nossa civilização.

A civilização ocidental atravessa uma profunda crise: a miséria, a fome, a violência, a falta de perspectiva, o desemprego, a competição, o consumismo, o racismo, a destruição da natureza, a exploração do trabalho, as guerras, a corrupção, a impunidade, a ameaça nuclear, a injustiça, o individualismo, o machismo, a drogadição, o descompromisso, a alienação e o isolamento.

Nesse mundo de crise e contradições, de mutação e confusão, devemos buscar outras soluções civilizatórias e romper o ciclo atual. O espaço social onde esses jovens vivem e se desenvolvem demarca e caracteriza nitidamente o seu dia-a-dia, e a vida cotidiana emerge como a concreção das relações sociais. A falta de alternativas, a ausência de instrumentos para lidar com um contexto globalizado e fragmentado, no qual as mudanças são constantes, levam os jovens a enfrentar situações em que faltam referências norteadoras de conduta, com repercussões nos processos de construção identitárias. Na sociedade contemporânea, a responsabilidade individual se encontra alterada numa profunda indiferença, na qual o individualismo se afirma, e, num jogo de “vale-tudo”, os jovens muitas vezes justificam os seus atos violentos, que se tornam normais e aceitos por todos. Mas acredito que delinqüente seja um país ou um sistema social que ainda não aprendeu a dar condições mínimas de vida a suas crianças e adolescentes e, portanto, o seu futuro está em perigo.

Na década de 90, os ideais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA: Lei 8.069/90, de julho de 1990) e da Conferência de Cúpula Sobre os Direitos da Criança (setembro de 1990), conseguiram – muito timidamente – infiltrar-se na universidade, em busca de um espaço institucional legitimado à produção de conhecimento e à geração de novas idéias para sustentar a luta pela necessidade de se proteger a vida e eliminar a banalização da violência. Assim, projetos de intervenção e apoio à sociedade foram ocupando o espaço acadêmico, e várias instituições começaram a investir no redimensionamento do campo da pesquisa e das práticas acadêmica e administrativa.

Diante de um clima de abandono e de predisposição à violência, que atinge em cheio crianças, adolescentes e jovens “em situação de risco” e, freqüentemente, a caminho da delinqüência, impõem-se investimentos, de um lado, em segurança pública e, de outro, em projetos sociais apropriados. Inequivocamente, entre

esses projetos há que haver a presença da educação, de múltiplas maneiras: seja garantindo-se o acesso de todas as crianças, adolescentes e jovens às escolas que lhes são próprias; seja assegurando-se algum tipo de “presença” junto àquelas e àqueles que se encontram em “situação de risco”, quando não em “conflito com a lei”. Se a primeira modalidade apresenta problemas igualmente de violência, de indisciplina, que merecem uma atenção especial junto às escolas e aos quadros docentes para apropriadamente lidarem com ele, a segunda requer ações específicas, urgentes, de caráter emergencial.

Apesar de suas limitações e fragilidades, a Universidade de Brasília (UnB) começou a se mobilizar, através de alguns profissionais das áreas de psicologia, direito, serviço social e educação estimulando, apoiando e executando projetos de caráter científico, social, cultural e outros de interesse da comunidade e/ou em parceria com ela. Especificamente, a partir de 1996, oficializou-se o apoio à implementação do ECA, no Distrito Federal, através de convênio firmado entre o Decanato de Assuntos Comunitários, a Vara da Infância e da Juventude – VIJ e a Promotoria Pública, visando a execução de medidas sócio-educativas de *prestação de serviços à comunidade*, dentro do campus universitário.

Em 2001, essa parceria institucional estendeu-se para o âmbito da Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS/DF e da Faculdade de Educação, que, fazendo uma releitura do ECA e se dispondo a enfrentar seus desafios, comprometeu-se com a execução das medidas de proteção e ampliou o atendimento das medidas sócio-educativas para os casos de *liberdade assistida* e de *semi-liberdade* através do projeto sócio-educativo “Escola de Pais e Filhos”.

Mesmo convivendo com dificuldades, receios e insegurança face ao grande desafio, e reconhecendo que problemas de natureza extremamente complexa como os de ordem sócio-econômica não têm fácil solução, o projeto sócio-educativo “Escola de Pais e Filhos” e seus “Círculos de Cultura” vêm atendendo à demanda em escala modesta, de um ponto de vista quantitativo, mas com forte expressão qualitativa nos resultados alcançados.

A “Escola de Pais e Filhos”

Investido de intencionalidade política em *defesa de direitos da criança e do adolescente* no DF e Entorno, o projeto sócio-educativo “Escola de Pais e Filhos” enfoca as questões da infância, da adolescência e juventude e as relações de família sob o prisma dos “direitos fundamentais”, enfatizando, antes, o *apoio* e a *proteção*, que a punição e a privação da liberdade. Nesse contexto, as *medidas de proteção e sócio-educativas*, definidas no ECA, assumem um caráter de “re-significação” do ato infracional praticado pelos/as adolescentes e jovens, buscando ir além do papel fiscalizador, punitivo e reparador. Ao contrário,

buscam conduzi-los a uma reflexão sobre os motivos, as condições e o contexto social nos quais ocorreu o confronto com a lei, de sorte que eles/as percebam o real significado de seu ato, identifiquem sua responsabilidade no episódio, vindo a reparar o mal causado à sociedade e a si próprio/a, reconstruindo – a curto, médio e longo prazo – um projeto de vida em sociedade. É nesse momento que a ação educativa assume seu mais nobre e profundo sentido, e a participação da Faculdade de Educação abre à formação pedagógica um espaço desafiador e privilegiado, articulando-o à prática acadêmica requerida pelas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação.

A “Escola de Pais e Filhos” tem como referenciais, de um lado, a importância da lei, subtraindo as crianças e os adolescentes do mundo da onipotência imaginária e introduzindo-os no plano do simbólico, no qual encontram as indispensáveis demarcações e os interditos fundamentais para o sadio desenvolvimento da personalidade; este acontece num contexto em que se constrói um sistema de valores, uma relação com a sociedade e suas leis, fundamentais para a construção de sua própria identidade. De outro lado, complementarmente, um leque de opções metodológicas, de estratégias formativas que permitem às/ aos participantes “compartilhar a palavra”, “falar” e, ao fazê-lo, inscrever-se ou re-inscrever-se no universo simbólico das instituições, “viver” a experiência e o poder de ser-sujeito, abrindo os caminhos para escapar à influência dos *sem lei*, re-construir sua vida em família e em comunidade e entrar no mundo da cultura, da poesia, do teatro, do trabalho, do engajamento social e político, enfim, da cidadania.

Características da execução

O projeto sócio-educativo “Escola de Pais e Filhos” tem caráter multi-institucional e interage com:

a) a *Secretaria de Estado de Ação Social – SEAS*, através de seus Centros de Desenvolvimento Social-CDS’s, responsáveis pela triagem e encaminhamento dos adolescentes e familiares para a “Escola de Pais e Filhos”;

b) a *Vara da Infância e da Juventude – VIJ*, refletindo e desenvolvendo ações conjuntas, por intermédio da Seção de Execução de Medidas Sócio-Educativas – SEMSE –; e

c) a *Universidade de Brasília – UnB*, que tem na Faculdade de Educação seu “abrigo” e principal suporte acadêmico na implementação do ECA, estando, inclusive, inserido no currículo acadêmico. É de dentro da Faculdade de Educação que se irradia a ação pedagógica do *Projeto Sócio-Educativo “Escola de Pais e Filhos”* e seus “*Círculos de Cultura*”, envolvendo, prioritariamente, o público-alvo das medidas protetivas e sócio-educativas, porém abertos à participação de

toda a comunidade. A execução desses projetos recebe apoio incondicional do Decanato de Extensão (= concessão de bolsas a estudantes universitários envolvidos com o projeto, e outros, eventuais) e da Prefeitura do Campus (= transporte para os participantes, no percurso Rodoviária/UnB). Indiretamente, a “Escola de Pais e Filhos” relaciona-se com o Instituto de Psicologia e com os Departamentos de Direito e Serviço Social.

A comunidade de aprendizagem, na “Escola de Pais e Filhos”, é composta por crianças, adolescentes, jovens, na faixa etária de 9-21 anos, residentes no DF e Entorno, e seus familiares. Dá-se prioridade às crianças que estejam sob medidas de proteção e aos adolescentes no cumprimento de medidas sócio-educativas de “prestação de serviços à comunidade”, de “liberdade assistida” ou de “semi-liberdade”. Famílias de servidores da UnB ou da comunidade em geral, cujos filhos não estejam envolvidos em atos infracionais, mas apresentam comportamento *alterado* em casa, na escola e com os amigos, também são bem-vindas.

As atividades dos projetos são organizadas sob a forma de oficinas vivenciais e se realizam nos espaços da Faculdade de Educação, com turmas de 30-35 participantes (15 famílias). Durante o semestre acadêmico, funcionam três turmas de pais e filhos (uma no turno matutino e duas no vespertino) e uma turma dos Círculos de Cultura (à tarde, para os pais e familiares e estudantes universitários).

O grupo de execução dos projetos é composto por 14 profissionais, sendo oito voluntários do quadro docente da Faculdade de Educação, um voluntário do quadro técnico-administrativo, quatro profissionais voluntários da comunidade externa (responsáveis pela coordenação das oficinas vivenciais), seis estudantes-bolsistas vinculados ao Decanato de Extensão, que, atuando em “duplas”, exercem o papel de tutores das turmas, um coordenador acadêmico e um coordenador administrativo. O bom andamento do projeto requer o acompanhamento e o apoio dos quadros especializados tanto da Vara da Infância e da Juventude / SEMSE, como da Secretaria de Ação Social / CDS (Centro de Desenvolvimento Social).

A “Escola de Pais e Filhos” tem três dimensões operacionais, a saber: a primeira é constituída pela seleção e encaminhamento das crianças e adolescentes; a segunda, pelo desenvolvimento do projeto sócio-pedagógico; a terceira tem um caráter de formação dos quadros envolvidos na realização do projeto.

Objetivos

Contribuir para a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, desenvolvendo ações integradas pela SEAS/DF (através de suas Unidades Operativas) e pela UnB (através de seus Institutos, Departamentos e Faculdades), com vistas ao desenvolvimento da maturidade bio-psíquica-social do adolescente

em situação de vulnerabilidade e/ou em conflito com a lei, bem como para a melhoria de seu relacionamento com a família, a escola e a sociedade em geral, por meio de ações que possibilitem o auto-conhecimento, autocontrole, empatia, sociabilidade, automotivação e outros aspectos favoráveis ao seu crescimento pessoal, profissional e social.

Um aspecto geral a ser considerado é a integração dos órgãos da Administração Pública direta e indireta, Poder Judiciário e Ministério Público, em atividade conjunta, destinada a implementar e valorizar o Estatuto da Criança e do Adolescente, no DF. Considera-se igualmente importante a criação de espaços de reflexão e aplicação de *Medidas de Proteção* e *Medidas Sócio-educativas*, buscando, não apenas, oferecer alternativas educacionais para o cumprimento da Lei 8.069/90 – ECA, mas procurando desenvolver estratégias metodológicas interativas capazes de re-significar valores pessoais e sociais junto aos adolescentes, contribuindo para construir, com eles e suas famílias, novos projetos de vida pessoal, de re-inserção social e de convivência cidadã, participativa, crítica, construtiva com as instituições e geradoras de uma cultura de paz.

Do ponto de vista específico, considera-se importante:

- estimular filhos e pais a compreenderem o papel dos diferentes membros da família na vida em comum e na formação de cada qual;

- estimular a participação ativa, construtiva e solidária dos adolescentes e de seus familiares, na elaboração de um projeto comum de vida, articulado com a solução dos problemas reais da família, da escola, da comunidade imediata e da sociedade mais ampla;

- favorecer a reconciliação amorosa de pais e filhos, “desbloqueando” atitudes negativas que interferem no convívio familiar e “enredam” as relações interpessoais;

- fortalecer laços de afetividade, solidariedade e a comunicação entre os membros da família;

- propiciar aos estudantes da Faculdade de Educação (tanto de graduação quanto de pós-graduação) oportunidade de formação prático-teórica pela inserção num trabalho educativo e em pesquisa pedagógica em ambiente não escolarizado; e

- investir na capacitação do quadro de pessoal da Vara da Infância e da Juventude, e da Secretaria de Estado de Ação Social.

Metodologia

Estamos no século XXI e ainda não aprendemos a resolver os conflitos de forma construtiva, justa e não violenta. Para muitas pessoas, o conflito é visto como algo negativo e que precisa ser evitado a qualquer preço. Essa idéia existe porque estamos pensando na forma como habitualmente se resolvem as coisas

no mundo: a guerra, a violência. Daí identificarmos os conflitos como algo negativo, quando em realidade o que é negativo é a forma de resolvê-los. Muitas vezes tentamos fugir dos conflitos, encontrando culpados e nos distanciando das pessoas, e não nos damos conta de que o conflito é algo vivo, que segue o seu curso, mesmo quando fugimos de enfrentar os problemas.

Não é estranho que a gente tenha esta imagem. Se olharmos para a história da humanidade, ela está cheia de guerras, e são poucos os modelos baseados no consenso e parceria entre os envolvidos. Se olharmos para a programação televisiva, os jogos (videogame e no computador), os modelos de resolução de conflitos são sempre violentos. Se acrescentarmos a isto a situação de violência estrutural (desemprego, miséria, desigualdades etc.) presente no nosso país e no mundo, temos o caldo de cultivo perfeito para que os atos de violência sejam cada vez mais um fato cotidiano.

É a partir da preocupação com a violência no mundo que se cria o conceito de cultura de paz, desenvolvido na última década pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), baseada na constatação de que as guerras são seguidas pela assinatura de acordos de paz que não se estabelecem. Os acordos têm sido insuficientes para evitar novos conflitos e servem apenas como intervalo entre guerras. Isto porque a cultura de violência, a identificação de inimigo e outros fatores que desencadeiam as guerras continuam a existir.

O conceito ficou mais forte quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, após longos debates, a denominação do ano 2000 como o **Ano Por Uma Cultura de Paz e Não-Violenta** e a década 2001-2010 como a **Década Mundial da Cultura da Paz**. A cultura de paz se concretiza por meio de uma profunda transformação cultural, que previna os fatores que geram a violência. É uma mudança de valores, atitudes e formas de comportamento que conduzem à promoção da paz. Segundo Milani (2004),

é claro que fome, opressão, exclusão social, racismo e desigualdade social são causadores da violência, mas esta é só uma parte da verdade. E, o pior, é uma parte que dissemina a idéia de que a pobreza é causa da violência. Isso não é verdade. A causa é uma conjunção de fatores em múltiplos níveis (individual, grupal, cultural e sócio-econômico), que interagem para produzir o fenômeno da violência. É bom lembrar que a violência não faz parte da natureza humana, mas é aprendida pelos seus espectadores e vítimas. Todos nós temos sim um nível de agressividade e um nível de tolerância diferente, mas não nascemos violentos. O desafio principal é realizar uma mudança de paradigma. Temos que sair do paradigma da repressão, que combate a violência com medidas de força (redução de idade penal, construção de presídios etc.). Já o paradigma estrutural acredita que enquanto não se resolver a fome e o desemprego, por

exemplo, não se pode falar em paz. Esses paradigmas provocam uma paralisia que faz a violência crescer ainda mais. O paradigma da cultura de paz traz uma visão mais ampla, mais equilibrada e integrada. Pensa na educação e na mudança de comportamento. Acredita que, ao invés de as pessoas colocarem problemas macros como impedimento, deveriam agir no nível micro, do dia-a-dia, sem abandonar os problemas maiores, como a fome.

O projeto sócio-educativo “Escola de Pais e Filhos” parte da premissa de que nos encontramos em um mundo em crise. Esta crise está marcada pela miséria, a fome, a violência, a falta de futuro, o desemprego, a competição, o consumismo, o racismo, a destruição da natureza, a exploração do trabalho, a guerra, a ameaça nuclear, a injustiça, a corrupção, a impunidade, o individualismo, o machismo, a drogadição, o descompromisso etc. Com esse tipo de sociedade o adolescente se depara e deve estar conformado, pois o diferente é perigoso, doente ou indecente, e os conflitos não são avaliados pelo seu potencial de crescimento, mas temidos como distúrbios, e os adolescentes perdem seu sentido para a resolução das diferenças.

Hoje, a juventude é colocada como um “problema” e como zona de conflito, mas também existe uma evolução das reivindicações dos direitos humanos e a premência do jovem, de qualquer estrato social, de ser valorizado como cidadão; entretanto, para isso, é preciso detonar processos de transformação coletiva de consciência em toda a sociedade brasileira, deixando de buscar culpados e entendendo que vivemos uma crise profunda e complexa, multidimensional,

cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida – a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e as relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta (CAPRA, 1995, p. 19).

As novas gerações que chegaram em momentos de crise encontram dois tipos básicos de comportamento dos adultos. Existem aqueles que encaram a crise como algo ameaçador, e tentam superá-la reforçando ainda mais os mesmos valores que são a causa dos problemas existentes; e, de outro lado, estão aqueles que encaram a crise como uma excepcional oportunidade para corrigir os erros, buscar novas soluções, cultivar a criatividade, rever os modelos, buscando compreender as causas que geraram o estado atual. Essas pessoas descobrem que a crise é um momento de tomar consciência de tudo aquilo que vinha sendo

feito de modo automático e repetitivo, de assumir coletivamente a construção de nossa vida comum, e buscar soluções inovadoras antes que os problemas do presente se tornem irreversíveis.

A educação, nesta segunda atitude, se toma um meio de acionar a capacidade inventiva e criadora das pessoas, sejam elas crianças, jovens, adultos ou idosos. Ela não se limita apenas às introduções formais de ensino, mas acontece em todo lugar e a qualquer momento em que a situação se apresenta para a troca de experiências e a cooperação. Mas, antes de tudo, a educação voltada para enfrentar os momentos de crise é uma auto-educação; daí a criação da “Escola de Pais e Filhos”.

O sentimento de ser responsável por nossa própria transformação nos estimula a rever nossos comportamentos e formas de pensar, vai fazendo com que aqueles com quem compartilhamos as mesmas situações em meio à crise, sejam os mais próximos e mais queridos, ou mesmo aqueles que não são tão amados e agradáveis, que tenhamos que inevitavelmente compartilhar a sobrevivência comum. Dessa forma, aquilo que chamamos de cidadania passa a ser algo vivido como uma necessidade interior e subjetiva, impulsionada por um sentimento de pertencimento, e não mera formalidade.

Nossa proposta parte da perspectiva da **educação para a paz**, a partir da qual vemos o conflito como algo positivo e iniludível, que deve ser o centro do nosso trabalho. Para isto, trabalhamos com o que cotidianamente temos mais perto (nossas relações interpessoais, intergrupais etc.), o que chamamos de micro-análises, e aprendemos a entender os grandes conflitos (internacionais, mundiais), o que chamamos de macro-análises.

A idéia de que o conflito é algo bom, parte das seguintes considerações básicas:

- Consideramos a diversidade e a diferença como um **valor**. Vivemos em um só mundo, plural e em que a diversidade desde a cooperação e a solidariedade é uma fonte de crescimento e enriquecimento mútuo. Isto está longe das proposições totalitarista e fascista de homogeneidade: “todos somos iguais” (perante a lei?). Conviver na diferença leva ao contraste, e, portanto, às divergências, disputas e conflitos.

- Consideramos que só através do conflito com as pessoas, os fatos, as estruturas injustas e que tentam nos impor as coisas a sociedade pode avançar em modelos melhores, ou seja, consideramos o conflito como um trampolim para a transformação social.

Segundo Corrêa (2003), definir o conceito educação para a paz não é fácil. A expressão contém dois termos altamente problemáticos: “educação/educar” e “paz”. Ambas as palavras, educação e educar, fazem parte do processo de socialização, uma atividade que não se pode considerar neutra, porque supõe o objetivo de acomodar os indivíduos aos valores predominantes da sua sociedade.

A socialização, o processo de interiorização/assimilação de certo número de hábitos e valores conforme a sociedade a que pertencemos, forma parte do que se denomina construção social da realidade. A criança descobre quem é, à medida que vai aprendendo o que é a sociedade. Os indivíduos extraem da sociedade sua identidade, suas obrigações e sua cosmovisão. De acordo com Peter Berger e Thomas Luckmann, as idéias gerais que cada sociedade engendra no transcurso histórico se assimilam desde a infância e a partir da aprendizagem lingüística. A “educação” joga um papel transcendental na transmissão destas idéias, pautas sociais e valores, que vão configurar o próprio educando e a sua construção no mundo.

Alguns valores que o processo de socialização contribui para interiorizar nas nossas sociedades – o etnocentrismo, a competição, o individualismo, o nacionalismo exagerado, a intolerância, a dessemelhança humana, a valorização do “sucesso” – não se pode considerar como fomentadores do respeito mútuo, da compreensão e da cooperação internacional, ou da capacidade de rebelião contra a injustiça, que são alguns dos objetivos da educação para a paz.

A educação, que, diferente da simples escolarização, dura praticamente toda a vida, é um processo no qual interferem múltiplos segmentos da sociedade. Daí a importância que tem para nós, que nos dedicamos à educação para a paz, lembrar que a atividade educativa não é neutra. A educação é um ato consciente, no qual temos que saber qual é o modelo de sociedade e de ser humano que desejamos, comprometendo-nos neste processo, não só como profissionais, mas também como pessoas. Trabalhar por um processo educativo significa contribuir para distanciar o perigo da guerra, colocar um fim na exploração das zonas mais pobres do planeta, ensinar desde e para a não-violência, aprender a considerar o conflito como um veículo de mudança que possamos aprender a resolver sem recorrer à violência, integrar o(a) educando(a) em um processo de transformação da sociedade com justiça; definitivamente, esse vai ser o compromisso de educar para a paz.

A palavra “paz” tem diversos significados. Uma análise lingüística do seu uso permite diferenciar duas grandes concepções, a negativa e a positiva, conjuntamente com duas definições de violência, a direta e a estrutural.

A paz negativa é a concepção predominante no Ocidente e suas raízes estão na noção de *eirene* grega e de *pax* romana. Essa concepção põe ênfase na ausência de guerra, de violência direta. A paz seria simplesmente “não-guerra”. Portanto, pressupõe um aparato militar que garanta a ordem, convença o inimigo e assegure a perpetuação do *status quo*. De acordo com isto, a paz é algo que só se pode estabelecer entre Estados, mediante a preparação das Forças Armadas. Se a paz consiste só em evitar os conflitos armados no território próprio, se trata de um estado de coisas, de um intervalo entre duas guerras, se admitem as

guerras “pacíficas” (por exemplo, restrições econômicas e boicotes comerciais), seria muito pouco o que as pessoas que se dedicam à educação poderiam fazer.

A paz positiva pressupõe um nível reduzido de violência direta e um elevado nível de justiça. Procura-se a harmonia social, a justiça, a igualdade e, portanto, a mudança radical da sociedade, a eliminação da violência estrutural. O conceito de violência estrutural, introduzido por Johan Galtung, se refere às formas de opressão e violência geradas pelas estruturas, isso é, ao tipo de desigualdades nas relações entre indivíduos, grupos e sociedades que impedem as pessoas de satisfazer suas necessidades fundamentais, espirituais e materiais.

Segundo esse conceito, dominante na atualidade no campo da educação para a paz, os valores prioritários seriam a justiça e a igualdade. Quando em educação para a paz se fala de justiça como valor prioritário, como objetivo a conseguir por determinadas pessoas ou coletividades, costuma-se referir a situações em que existe uma clara relação assimétrica de desigualdade. Daí que, se a aproximação à educação para a paz comparte as orientações próprias da não-violência política, a justiça significa algo mais que “virtude que inclina a dar a cada um o que lhe pertence”; não haverá justiça se não se compensa a diferença. Isto é, a justiça pressupõe a discriminação positiva a favor do desfavorecido; ou o que é o mesmo, a cada um, segundo as suas necessidades. Enquanto houver assimetria, as necessidades das pessoas ou coletividades desfavorecidas serão maiores. Mas Corrêa (2003, p. 110) afirma que:

a paz positiva pressupõe também que os indivíduos e os grupos comprometidos tenham um campo de atuação próprio (as iniciativas desde baixo) e buscar também a auto-realização das pessoas. A paz não é uma meta, um fim utópico, senão um PROCESSO, algo que pretendemos alcançar e construir. Tampouco existe um desprezo do conflito, co-substancial ao ser humano, senão um intento de aprender a fazê-lo aparecer, enfrentá-lo e resolver de forma alternativa. A paz, em síntese, não é o contrário da guerra, senão a ausência de violência estrutural, a harmonia do ser humano consigo mesmo, com os outros e com a natureza.

Interrelacionados agora os campos semânticos de “educar” e “paz”, no sentido positivo, poderemos caracterizar inicialmente a educação para a paz de acordo com as seguintes características:

- a) pressupõe tomar partido no processo de socialização pelos valores que estimulam a mudança social e pessoal;
- b) questiona o próprio ato educativo, distanciando-o da concepção tradicional, bancária, segundo a expressão de Paulo Freire, do ensino como algo meramente de transmissão em que o(a) aluno(a) é um simples recipiente sobre o qual o

professor-verdade trabalha. Isto é, entende o ato educativo como um processo ativo-criativo no qual os(as) alunos(as) são agentes vivos de transformação;

c) põe ênfase tanto na violência direta como na estrutural, facilitando a aparição de estruturas não autoritárias, não elitistas, que estimulam a capacidade crítica, a desobediência, o auto-desenvolvimento e a harmonia pessoal dos participantes. Começando pelo mais próximo, a pessoa irá se estendendo pouco a pouco a âmbitos maiores;

d) luta contra a violência simbólica, estrutural, presente no marco escolar, familiar, social, nacional, internacional;

e) pretende-se que coincidam os fins e os meios: trata-se de chegar a conteúdos distintos através de meios distintos, fazendo do conflito e da aprendizagem da resolução não-violenta ponto central de atuação;

f) combina certos conhecimentos substantivos com a criação de uma nova sensibilidade, de um sentimento empático que favoreça a compreensão e a aceitação do “outro”; e

g) presta atenção ao *curriculum* explícito como ao *curriculum* oculto, isto é, à forma de organizar a vida na escola/família. Isto tem que ser coerente com os conteúdos manifestos. Como se sabe, enfrentar todos os dias e durante uma série de anos as expectativas e rotinas institucionais da escola/família, supõe-se um ensino e uma aprendizagem tácitos das normas, valores, hábitos e disposições. A tolerância, a participação, a simpatia, a solidariedade e demais valores “alternativos” devem ser vividos como exemplo (CORRÊA, 2003, p. 110-111).

Trata-se de aprender a pensar e a atuar de outra maneira, algo que supera o mero discurso moral do “não brigue, seja bom”; é mais que ir contra a guerra (a guerra é má); não planeja a paz como algo quimérico, senão como um processo pelo qual se irá passando da desigualdade à igualdade, da injustiça à justiça, da indiferença ao compromisso.

Do ponto de vista da ação educativa, as atividades com a comunidade de aprendizagem realizam-se sob a forma de **oficinas vivenciais**, promovendo o desenvolvimento das dimensões do *saber ser*, do *saber conviver*, do *saber situar-se*, e do *saber fazer*, tendo como referencial as situações concretas vividas pelas crianças, adolescentes e suas famílias. Realizam-se através de 13 encontros pedagógicos, que abordam temas relacionados à identidade, auto-estima, trabalho, saúde, sexualidade, inter-relações pessoais/sociais, valores, direitos humanos e cidadania, utilizados como ferramentas básicas para que os participantes elaborem novos projetos de vida.

As palestras e oficinas sócio-educativas vão na seguinte ordem: 1) *Quem sou eu?* (formação da identidade pessoal); 2) *Ser diferente é a nossa riqueza* (respeito às diferenças individuais); 3) *Uma questão de interpretação* (auto-estima e atitudes preconceituosas); 4) *Adolescendo* (espaço de sonho/realidade

e crescimento pessoal); 5) *Família e cidadania* (reconhecimento de direitos e deveres); 6) *Prazer! O grande “barato” da vida* (escolha do que levar consigo, na viagem da vida); 7) *“Pisou na Jaca?”* (o que fazer com o que fizeram com você); 8) *Casa, Corpo, Saúde... Não tem nada a ver?!* (percepção sistêmica do eu-mundo/contravenções); 9) *Relações Humanas na família* (re-interpretação dos mecanismos de interação familiar); e 10) *Um desconhecido chamado “meu filho”* (vulnerabilidades e desafios nas relações familiares).

Por esta razão, partimos nas oficinas para entender esta crise, para podermos reconhecer e rearticularmos as nossas relações como pessoa, sociedade e espécie biológica, a partir de novas referências de pensamento e de visão de mundo que enfatizem o sentido de totalidade, auto-organização e complexidade.

As oficinas vivenciais têm como objetivo central trazer à luz as potencialidades de cada pessoa e/ou unidade coletiva, transformando em conhecimento vivo e em comportamentos conscientes aquilo que se encontra latente a nível inconsciente. Trata-se, assim, de assumir como qualidade/educador a capacidade de perceber essas potencialidades, de propiciar os meios e os contextos de sua manifestação, de interpretar seus sinais visíveis e resgatá-las para a consciência pessoal e coletiva. Por isso, o educador não deve ser mero repassador de informações, mas sim um facilitador dos processos de auto-percepção e construção criativa das pessoas e dos grupos.

O trabalho é dirigido à pessoa enquanto sujeito individual e coletivo interagindo num processo comunicativo, onde são construídos, afirmados e/ou transformados os valores éticos que compõem as visões de mundo, os hábitos cotidianos, os padrões de percepção e de expressão, os modos de ser, estar e ter.

O método vivencial corresponde a um procedimento que busca desencadear processos de auto-conhecimento e transmutação bio-psíquica, com reflexos na reelaboração de valores e hábitos-comportamentos. Seu foco de atuação é a pessoa, a partir de suas experiências, suas máscaras e sua sombra, buscando-se conseguir sua adesão ao processo transformador. O método exige uma compreensão fenomenológica do desvelamento psíquico, da experiência vital do sujeito, enquanto movimento cíclico entre o mundo interno e externo, o qual é observável nas relações intersubjetivas, e dentro de contextos adequados aos espaços vivenciais pedagógicos, criados a partir de temáticas específicas dos grupos focalizados. Este espaço-tempo vivencial propicia o aprender-fazendo, formando o ser político dentro da circulação micro-física da vontade coletiva.

O método vivencial trabalha também com a noção antropológica de rito, trazendo como instrumento pedagógico a utilização do espaço-tempo vivencial diferenciado das ações e contextos cotidianos, onde se criam condições específicas para a experiência pessoal e intersubjetiva de auto-conhecimento e percepção criativa.

Através do método vivencial, procuramos desmecanizar comportamentos e padrões de percepção e consciência. É no espaço-tempo vivencial que se torna possível utilizar a integração psíco-física como modo de percepção corporal individual e grupal, onde atuam conteúdos conscientes e não-conscientes.

Uma idéia fundamental do método vivencial é a capacidade de olhar os problemas com os olhos do outro. A comunidade de aprendizagem deve propiciar o exercício da escuta sensível e da empatia entre as pessoas, para que elas possam estar cultivando a solidariedade, a compreensão e a aceitação das diferenças individuais de opinião e de interesses, encontrando formas criativas de administrar os próprios conflitos. Para isto, se formam grupos pequenos para que todos possam encontrar-se face a face, exercer seu direito de opinião e exercitar o reconhecimento saudável da diferença.

Desta forma, o método vivencial oferece uma base de sustentabilidade para a consolidação de relações democráticas no exercício da cidadania. Sua utilização se mostra bastante eficaz nos contextos de crise sócio-ambiental e pedagógica.

As ações educativas são realizadas através do instrumento denominado **Oficina**, um espaço criado com base nos princípios de Arte-educação, da pedagogia Freinet, e outras experiências, desenvolvendo a dimensão lúdica, estética, comunicativa e reflexiva, dentro dos temas abordados. Nas oficinas são desenvolvidas atividades que abrem espaço para a pessoa exercitar sua sensibilidade e criatividade, possibilitando um entendimento maior de como vê e sente o mundo; abrindo espaços para as transformações das percepções.

Oficina no sentido lato significa lugar de trabalho, de construção, de revisão (re- visar = ver de novo), de reparação (re-parar = parar de novo), onde se confirmam qualidades, se descobrem as modificações necessárias e se previnem os futuros desconfortos. A oficina como instrumento metodológico e de educação auxilia as pessoas a trazerem à tona os conteúdos conscientes e inconscientes de suas experiências, explicitando-os de forma simbólica, imaginativa e criativa. As experiências pessoais são revistas a partir do processo de relação da pessoa com as vivências propostas, possibilitando uma nova forma de compreender a realidade e nela interferir.

Quando nos aproximamos de temas como a educação para a paz, educação para os direitos humanos e outros similares, o que nos chama a atenção é a importância de encontrar métodos coerentes com os conteúdos a serem transmitidos. A experiência de educação para a paz nos países europeus mostra o aparecimento de um tipo de aluno(a) capaz de aprender/memorizar qualquer coisa, incluindo problemas ecológicos, racistas, exclusão social etc.

Quando a esse(a) aluno(a) perguntavam sobre a sua atitude frente às pessoas ou zonas do mundo que sofriam esses problemas, sua resposta era de “que eu

não estou nem aí” ou “eu não tenho este problema”. Saber muito sobre os conflitos de uma zona do mundo, ou o conflito de racismo, não pressupõe mudar a atitude da pessoa, nem mesmo quando o assistimos pela televisão ou lemos no jornal sobre os conflitos internacionais/nacionais.

Para mudar isto foi criado o enfoque sócio-afetivo, ou seja, “vivenciar na própria pele” aquilo que se quer trabalhar, para assim termos a experiência na nossa pessoa, que nos faça entender e sentir o que estamos trabalhando, motivando-nos a pesquisar e desenvolver uma atitude de empatia que nos leve a mudar nossos valores e formas de comportamento. Para conseguir isto, cria-se um clima em que cada pessoa viva uma situação empírica, sintam-a, analise-a, descreva-a e seja capaz de comunicar a experiência que lhe causou.

No projeto sócio-educativo “Escola de Pais e Filhos” partimos de um referencial pedagógico baseado no próprio desenvolvimento simbólico e arquetípico da personalidade e da cultura para tornar o estudo lúdico, emocional, cômico e dramático, atraente e emergente da relação transferencial amorosa entre o adolescente, o grupo e o responsável pela oficina. Trabalhamos com o corpo-emoção-mente em relação a si mesmo, ao Outro e ao Planeta, dentro de uma visão humanística que “re-vela” a energia e “regenera” cada pessoa envolvida no processo educativo, sem acionar os incansáveis e desnecessários procedimentos de censura e de contenção que levam em conta os princípios tidos como morais.

Considera-se fundamental, na metodologia proposta:

a) respeitar os participantes, como sujeitos de seu processo formativo e não meros “receptores” de mensagens moralizantes;

b) buscar, nas experiências e conhecimentos dos participantes, o ponto de partida das análises e das discussões, para identificar os problemas e divisar o caminho das possíveis soluções;

c) valorizar o processo de elevação da auto-estima dos participantes e de sua capacidade de “sonhar”, de criar, sem alienar-se;

d) promover o reingresso dos adolescentes na escola e, se possível, no mercado de trabalho;

e) garantir a participação da família (pais e/ou mães, irmãos, tios, avós, outros) nas oficinas vivenciais e nos círculos de cultura, como condição necessária e ineliminável no processo re-educativo do grupo familiar.

O que permitem as oficinas vivenciais é a recuperação da nossa sensibilidade natural para o bem, o belo e o verdadeiro, em contato maior com a natureza dentro e fora de nós e sonhar um mundo novo. Para isto, nos valem do idealismo juvenil para desenvolver um senso de responsabilidade e compromisso individual e coletivo, através do trabalho em equipe relacionado com as necessidades e possibilidades do grupo. Para assimilar novos valores, eles devem necessariamente ser vivenciados.

Avaliação

A avaliação acontece num processo contínuo, durante a execução do Projeto e tem quatro alvos bem definidos: as atividades com pais e filhos (incluindo auto-avaliação), com os parceiros, com os acadêmicos e com a equipe docente.

Como ato formal, realiza-se através de encontros com os parceiros, ao término de cada módulo de atividades e, ainda, ao final de cada ano letivo.

A equipe de trabalho da “Escola de Pais e Filhos”, a partir da avaliação formal e através de ações conjuntas com os parceiros, tem oportunidade de reorganizar o trabalho sócio-pedagógico, propor novas estratégias de triagem, encaminhamento e participação, a partir das principais dificuldades identificadas durante a execução do programa anterior.

Informações obtidas por intermédio da auto-avaliação da comunidade de aprendizagem revelam que aproximadamente 90% dos participantes se sentiram incentivados a participar, por se perceberem reconhecidos, apoiados e valorizados em seu desempenho nas atividades sócio-educativas. A tônica dos comentários é que o tempo foi muito bem aproveitado, que houve transformações perceptíveis nos relacionamentos inter-familiares e que ambas as partes – pais e filhos – empenharam-se em modificar suas relações familiares, restabelecendo vínculos de amizade, de confiança e laços afetivos.

O tempo de envolvimento da UnB e, especificamente, da Faculdade de Educação com a aplicação de medidas protetivas e sócio-educativas permite afirmar que é necessário, cada vez mais, multiplicar os espaços de convívio onde se possibilitem conhecimentos e vivências capazes de cooperar para que se apurem a percepção de injustiça e as manifestações de preconceito e discriminação que recaem sobre a comunidade de aprendizagem ou o que ela venha a testemunhar, para que se desenvolvam atitudes de repúdio a essas práticas.

À guisa de conclusão, gerar a paz é o processo de organizar as relações, mediando os diferentes interesses e necessidades de indivíduos, grupos e sistemas vivos e tecnológicos, buscando viabilizar as ações concretas que permitam solucionar as situações detectadas como problemas por esses mesmos grupos, sem ignorar as diferenças de perspectivas individuais. Essa gestão é entendida como participação e diálogo entre os diferentes atores, em torno de situações concretas, historicamente compreendidas e geograficamente contextualizadas.

A gestão pela **Paz** deve ter por base a descoberta de princípios éticos que legitimem novas formas de organização das relações entre pessoas, grupos e destes com o ambiente, de modo a permitir administrar suas necessidades, desejos e problemas. Tais princípios éticos devem ser buscados a partir do modo de ser e de transformar o mundo característico de cada grupo, seus desejos, metas e estilo de vida próprio. Como já afirmamos:

“vivemos num só mundo, desigual, injusto e diverso, porém, é possível **outro** mundo. A busca da **Paz** é uma tarefa inacabada e seguramente inacabável; por isto, a educação para a **Paz** não é um luxo e sim uma necessidade, um direito-dever do(a) educador(a). Temos que fazer possível o trânsito de uma cultura de guerra e violência a uma cultura de **Paz**, que nos permita a todos viver a **Paz** como um processo criativo com repercussões diretas na nossa vida cotidiana. Estabelecer um ambiente interno e externo, onde possamos resolver os conflitos de forma construtiva e não-violenta, responsável e justa, para criarmos um ‘outro’ mundo plural e humano” (CORRÊA, 2003, p. 139-140).

Referências

- BYINGTON, Carlos. *Pedagogia simbólica: a construção amorosa do conhecimento do ser*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1996.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- CORRÊA, Rosângela Azevedo. Dinâmicas de educação para a paz. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. *Adolescer: compreender, atuar e acolher: Projeto Acolher*. Brasília: ABEn, 2001.
- CORRÊA, Rosângela Azevedo. Cultura, educação para, sobre e na paz. In: MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de (Orgs.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.
- MEDEIROS, Maria Osanette. *Tecendo a teia de relações na reconstrução do currículo: uma proposta metodológica*. Dissertação de mestrado em Educação, Faculdade de Educação, UnB, 1995.
- MILANI, Feizi Masrour. Adolescência e violência: mais uma forma de exclusão. *Educar*. Curitiba, n. 15, p. 101-114, 1999.
- MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de (Orgs.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*, Salvador: INPAZ, 2003.
- MILANI, Feizi Masrour. *Entrevista*. Disponível em: <http://www.inpaz.org.br>. Acesso em: 07.05.2004.
- WEIL, Pierre. *A arte de viver em paz: por uma consciência, por uma nova consciência e educação*. São Paulo: Gente, 1993.

Recebido: 07.06.2004

Aceito: 24.08.2004